

Por que a Sabesp aposta na represa Billings como 'novo Cantareira' para o futuro de SP

Região na zona sul tem índices mais altos de chuva; governo do Estado diz que 'eventual priorização de um manancial não implica a descontinuidade de outro'

Por José Maria Tomazela

A Sabesp informou que vistoriou o imóvel e constatou pressão de água adequada. A empresa reduziu o abastecimento noturno na Grande SP desde agosto de 2024. Crédito: Tiago Queiroz/Estadão

Após enfrentar duas crises hídricas em uma década, o Sistema Cantareira pode deixar de ser a principal fonte de água para abastecer a região metropolitana de São Paulo no futuro. A Sabesp planeja aumentar a captação de água na Represa Billings, manancial pouco usado para abastecimento público, embora seja o maior da região.

Uma das razões, segundo a companhia, é que chove mais na área da Billings do que na do Cantareira. O volume total da Billings é de 1.121 hm³ (hectômetros cúbicos), ante 981,5 hm³ da Cantareira, segundo dados da Sabesp e da Agência Nacional de Águas (ANA).

As chuvas têm caído abaixo da média histórica em parte dos reservatórios que abastecem São Paulo. Para economizar água, a Sabesp reduz a pressão nos encanamentos durante dez horas, no período da noite. Com isso, moradores de vários bairros da capital já reclamam de problemas de abastecimento, como dificuldades para tomar banho e lavar louça.

O governo do Estado afirma que "o Sistema Cantareira segue desempenhando papel relevante" e diz que "eventual priorização de um manancial não implica a descontinuidade de outro" (veja mais abaixo).

Na manhã de segunda-feira, 2, o Cantareira operava com 23,4% do volume útil; a Billings tinha 50,7%. Por outro lado, a retirada de água para abastecimento da região metropolitana é bem maior no Cantareira (27 m³ por segundo) do que na Billings (cerca de 7m³/s).

Para Samanta Souza, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Sabesp, a diferença no nível dos mananciais se deve, em parte, à geografia. “A Billings tem mais incidência de chuva, por estar na Serra do Mar. As represas do Cantareira estão no Alto Tietê. Por isso chove mais na Billings do que no Cantareira”, diz.

E, com a crise climática, as chuvas tendem a ser mais irregulares. Enquanto o Cantareira é formado pela conexão de cinco reservatórios – Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro – conectados por túneis subterrâneos, a Billings está em um plano só, embora tenha extensão de mais de 100 km.

Água para o Alto Tietê

O primeiro passo para aproveitar mais a represa da zona sul foi dado. Na semana passada, a Sabesp iniciou a interligação Billings-Alto Tietê, que permitirá captar até 4 mil litros por segundo de água bruta no braço Rio Pequeno, da Represa Billings, em São Bernardo do Campo. A água será bombeada até a Represa Taiaçupeba, em Suzano, que integra o Sistema Alto Tietê. O investimento é de R\$ 1,4 bilhão.

Comitês e movimentos sociais na área de meio ambiente, porém, questionam possíveis impactos ambientais da intervenção para a flora e a fauna locais (leia mais abaixo).

“Pouca gente sabe, mas a Billings sozinha reserva mais água do que todas as represas do Cantareira juntas”, diz Samanta. Enquanto o Sistema Cantareira tem capacidade para armazenar 982 milhões de m³, o que depende das chuvas, a Billings armazena 1,2 bilhão de m³ de água.

A gestora ressalta que usar mais a Billings não significa abrir mão do Cantareira, nem de outros mananciais do Sistema Integrado Metropolitano (SIM). “Sempre que entra água nova, é para abastecer todo o sistema.”

Até a crise hídrica de 2014, a integração do sistema era restrita a 3,5 m³ por segundo. Hoje, podem ser transferidos entre os sistemas até 13,5 m³/s.

Outra vantagem da Billings em relação ao Cantareira, segundo a gestora, é a maior proximidade da capital – o braço mais próximo está nos limites de São Paulo. “A Sabesp não pretende mais ir longe para pegar água para a região metropolitana. A Billings fica numa posição geográfica perfeita, e numa altitude favorável, pois não precisamos gastar muito com energia para bombeamentos”, diz.

“E isso tem impacto na tarifa. É água mais barata”, acrescenta.

Cantareira

Desde a crise hídrica de 2014 e 2015, uma das principais obras foi a interligação entre as represas Atibainha, em Nazaré Paulista, no Cantareira, e a Jaguari, em Igaratá, no Paraíba do Sul, inaugurada em março de 2018.

Já integração da Represa de Paraibuna (na bacia do Paraíba do Sul) com o Cantareira não avançou. O alto custo para o bombeamento da água de um reservatório para o outro era um dos problemas.

O Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitê PCJ), órgão colegiado que planeja os usos das águas, avalia que obras estruturantes avançaram, como a construção de reservatórios regionais: as barragens de Pedreira (no Rio Jaguari), de Duas Pontes (no Rio Camanducaia), além de uma terceira barragem no Ribeirão Piraí, na Bacia do Jundiaí.

O Cantareira também contribui com sua vazão efluente (água que sai naturalmente do reservatório) para o abastecimento das regiões de Campinas, Piracicaba e Jundiaí. Conforme o Comitê PCJ, os avanços mais significativos ocorreram na coleta de esgotos nos municípios banhados pelas represas, que contam com 90% do esgoto coletado e 85% tratado.

Houve ainda projetos de recuperação de áreas degradadas no entorno – um deles, em parceria com a Fundação Boticário, deu mais de R\$ 2 milhões para ações ambientais em Joanópolis (SP), Nazaré Paulista (SP) e Camanducaia (MG), áreas de formação do Cantareira. Já a Sabesp plantará 800 mil árvores em dois anos.

Do Tietê para a Billings

De olho no aproveitamento da Billings, a Sabesp investe no tratamento de esgoto, capaz de fazer avançar a despoluição dos rios Tietê e Pinheiros. O plano é fazer a reversão das águas dos dois rios para a represa, o que será possível após a compra da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), e garantir água extra para o sistema integrado.

“A região metropolitana não pode depender de um único sistema. Por isso, aliado ao programa Integra Tietê que tem até 2029 para fazer a universalização do

tratamento de esgoto na região metropolitana de São Paulo, a médio prazo vamos fazer a reversão do Tietê e do Pinheiros, que são interligados tanto à Billings, quanto à Guarapiranga”, diz Samanta Souza, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Sabesp.

“Na época da crise hídrica, mais de 50% do abastecimento da RMSP estava calcado no Cantareira. Hoje, reduzimos essa dependência para cerca de 35%, até por conta do nível baixo. Mas é preciso observar que, quando reduzimos a captação no Cantareira, contribuimos para preservar o sistema”, afirma ela.

Segundo Antonio Eduardo Giansante, professor da Universidade Mackenzie, reforçar o Alto Tietê pela Billings torna o abastecimento de água em São Paulo mais resiliente como um todo. “Possível e necessário, sim, mas com todos os critérios de análise como os colocados: sem superexploração da Billings e estudo sobre a qualidade das águas misturadas no Sistema Alto Tietê”, diz.

Governo defende diversificar fontes de água

Em nota, o governo estadual afirma que o Cantareira mantém “papel relevante” no atendimento à região metropolitana e na manutenção das vazões necessárias às bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ).

Eventuais propostas de ampliação, integração ou redirecionamento do uso de mananciais, inclusive com reservatórios de outras bacias, “integram o planejamento hídrico de médio e longo prazo para o Estado e são avaliadas de forma técnica e coordenada com órgãos gestores, reguladores e comitês de bacias”.

“O governo diz manter como diretriz estratégica a diversificação de fontes, a interligação de sistemas e a preservação dos mananciais, visando abastecer a população e manter o equilíbrio no uso sustentável da água.”

Comitês e organizações cobram explicações sobre obra

A interligação Billings-Alto Tietê, obra da Sabesp, que vai captar até 4 mil l/s de água bruta no braço Rio Pequeno, da Billings, e levar por bombeamento até a Represa Taiaçupeba, no Alto Tietê, é questionada por conselhos do meio ambiente e movimentos sociais.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santo André diz que a documentação apresentada pela Sabesp não avaliou os impactos no Rio Pequeno decorrente da retirada de um alto volume de água. Também avalia que a transposição de água para Suzano pode reduzir a oferta hídrica para a região do ABC.

Já o Conselho do Meio Ambiente de Rio Grande da Serra apresentou “oposição técnica” ao Relatório Ambiental Preliminar (RAP) do projeto apresentado à Cetesb e pedindo que seja feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima), que implica em análise mais aprofundada dos impactos do projeto.

A Frente Ambiental Billings, o Movimento Ambiental As Onças, o Projeto IPH – Índices de Poluentes Hídricos circulam abaixo-assinados cobrando mais explicações sobre o projeto.

A prefeitura de Suzano, por outro lado, informou que a obra vai fortalecer a segurança hídrica da região e já providenciou as autorizações para que a adutora passe pela cidade.

“Vamos acompanhar de perto cada etapa para assegurar que a população seja informada e os impactos sejam minimizados”, disse o prefeito Pedro Ishi (PL). Os dutos vão passar por ruas urbanas, como a Pinheiro e a dos Angicos, e várias estradas rurais do bairro Palmeiras.

Para a bióloga Marta Angela Marcondes, coordenadora do Projeto IPH, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, apesar de estar conectado à Billings, o braço do Rio Pequeno tem poder de preservação menor e a retirada de 4 m³ por segundo pode impactar a fauna aquática e quem vive da pesca.

No entorno da represa, ela prevê corte de mata nativa e aterramento de nascentes. “A tubulação vai passar em ao menos 8 quilômetros de mata nativa, que é área de proteção de mananciais. São tubos de aço carbono de quase 2 metros de diâmetro e vão abrir valas de até 3 metros nessa mata, sem contar a área de até 12 metros para os canteiros de obras”, diz.

Segundo ela, a mata no retorno da represa é essencial para filtrar a água da chuva e abastecer o reservatório. “Sua retirada, por menor que seja, implica na perda dessa qualidade”, diz. Os tubos de aço passarão por cima ou por baixo de tubulações de gás e petróleo, o que ela vê como fator de risco. Marta defende mais estudos para reavaliar o volume de água a ser retirado e mudança na rota da adutora para reduzir impactos.

O que diz a Sabesp

A Sabesp diz que a obra de interligação entre a Billings e a Taiaçupeba é estratégica para a segurança hídrica dos 39 municípios atendidos pelo sistema integrado, sobretudo diante de eventos climáticos extremos, como estiagens prolongadas e maior variabilidade hidrológica.

Embora a concepção principal do empreendimento seja o reforço do Sistema Alto Tietê, a infraestrutura permite, do ponto de vista técnico, a reversão do fluxo em situações excepcionais, com a instalação de estações elevatórias que possibilitem o bombeamento no sentido Taiaçupeba–Billings.

A probabilidade dessa operação é considerada baixa, em razão das diferenças de regime pluviométrico entre as regiões, mas a possibilidade reforça o caráter estratégico e adaptativo do sistema.

A implantação do sistema foi submetida ao processo de licenciamento, com apresentação de estudos técnicos. As compensações ambientais e as ações de mitigação dos impactos identificados serão implementadas pela Sabesp. Isso inclui medidas ambientais e sociais voltadas à proteção dos mananciais, à recuperação de áreas afetadas e ao fortalecimento da relação com as comunidades locais.

A Sabesp diz ainda que toda a tubulação da interligação entre Billings e Taiaçupeba será instalada em trajeto que aproveite acessos viários consolidados. “A interligação não compromete o abastecimento do Grande ABC. Ao contrário, contribui para uma gestão mais eficiente e segura dos volumes disponíveis no sistema metropolitano”, diz.

Cetesb deu licença prévia

A Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) diz que o empreendimento está em processo de licenciamento ambiental, conduzido em caráter emergencial, em razão da escassez hídrica, e conforme a legislação. A Licença Ambiental Prévia foi emitida em dezembro de 2025, atestando a viabilidade ambiental do projeto.

A Cetesb avaliou potenciais impactos ambientais e socioambientais e exigiu medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, incluindo ações de comunicação com a população do entorno e os órgãos municipais, além de medidas para compatibilização com infraestruturas existentes, como dutos de gás e combustíveis.

A execução das obras é autorizada de forma gradual, por etapas, conforme análises técnicas da Cetesb e o cumprimento das exigências ambientais. O empreendimento está na fase de Licenciamento Ambiental de Instalação.

<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/sabesp-aposta-na-billings-como-novo-cantareira/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Estadão

Seção: São Caetano